



**Draft (TENTATIVE AND PRELIMINARY
ONLY FOR DISCUSSION)**

Exma. Vereação da
Câmara Municipal de Cascais
Praça 5 de Outubro
2754-501 Cascais

12 de Setembro de 2011

**INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS A 30 DE JUNHO DE 2011**

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 48.º, da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, procedemos a uma revisão da informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, do Município de Cascais, incluída no balanço (que evidencia um total de activo líquido de € 1 092 380 545 e um total de fundos próprios de € 971 019 077, incluindo um resultado líquido de € 10 894 654, na demonstração dos resultados, nos mapas de execução orçamental e nos documentos de consolidação.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Vereação:

- (i) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
- (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, posição financeira ou resultados do Município.

3. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir informação profissional e independente baseada no nosso trabalho.



ÂMBITO DO TRABALHO

4. O trabalho a que procedemos teve em vista obter uma segurança moderada quanto a se a informação constante dos documentos atrás referidos está isenta de distorções materialmente relevantes, tendo como objectivo prestar uma informação profissional e independente sobre a situação económica e financeira do Município, conforme previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei das Finanças Locais.

NORMAS UTILIZADAS E TRABALHOS DESENVOLVIDOS

5. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aplicáveis nas circunstâncias.

6. Planeado de acordo com os objectivos atrás referidos, o nosso trabalho consistiu:

- Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - i) a fiabilidade das asserções constantes da informação económica e financeira;
 - ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - iv) a apresentação da informação económica e financeira; e
- Em testes substantivos às transacções, não usuais, e de grande significado.

7. Principais indagações, testes e procedimentos analíticos efectuados:

- Actualização do dossier permanente de auditoria, o qual inclui assuntos de natureza diversa que nos permitem conhecer alguns dos principais acontecimentos relacionados com o Município, as alterações verificadas na organização funcional e estrutural e a evolução económico-financeira da Autarquia nos últimos anos;
- Acompanhamento da actividade através da obtenção de informações junto dos vários Serviços;
- Revisão analítica das principais contas patrimoniais e orçamentais;
- Análise das regularizações efectuadas a amortizações de imobilizado do Município;
- Análise das reconciliações bancárias com referência a 30 de Junho de 2011;
- Análise da estimativa para férias, subsídio de férias e subsídio de Natal;
- Teste aos encargos sobre remunerações;
- Avaliação do cumprimento das disposições legais quanto a limites de custos com o pessoal para as autarquias;
- Análises/testes ao cumprimento das regras de contratação pública;
- Solicitação de informações sobre os Processos judiciais em curso envolvendo o Município e da Provisão para outros riscos e encargos reconhecida em anos anteriores;
- Análise dos níveis de endividamento previstos pela Lei das Finanças Locais;



- Comparação dos valores orçamentados com os valores executados;
- Revisão analítica das principais contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidadas;
- Leitura e revisão analítica das demonstrações financeiras das participadas utilizadas na preparação da informação financeira consolidada semestral;
- Verificação dos principais procedimentos/ajustamentos de consolidação.

8. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão da presente informação sobre a situação económica e financeira do Município.

PRINCIPAIS COMENTÁRIOS INTERCALARES DE AUDITORIA

A análise efectuada à informação financeira do Município permitiu-nos identificar os seguintes aspectos, que consideramos mais relevantes referir:

9. Está em curso um processo de adaptação dos sistemas contabilísticos e de controlo interno para corresponder aos novos requisitos de contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, nomeadamente introduzidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Este extenso processo já determinou vários ajustamentos aos procedimentos contabilísticos e critérios valorimétricos, cuja completa extensão só será conhecida aquando da conclusão dos respectivos trabalhos de adaptação.

Entretanto, os procedimentos alternativos de auditoria que aplicados nesta fase permitiram evidenciar que:

10. A inventariação dos bens do Município e correspondente actualização dos registos do imobilizado, nomeadamente do imobilizado corpóreo (cerca de € 996 000 000) e dos bens do domínio público (cerca de € 121 000 000), continua a não se encontrar completamente reconciliada com os registos contabilísticos. Por outro lado, o programa de gestão do património (SIC), extra-contabilístico, não gera mapas de amortização intercalares pelo que as amortizações do período são determinadas com base em suportes alternativos.

Entretanto, os trabalhos de reconciliação em curso permitiram identificar no exercício dois erros materiais ao nível daqueles registos, com origem e impacto inicial reportado às contas do Município de 2002, cujas rectificações se prevê sejam agora propostas à aprovação da Assembleia Municipal de forma a que ainda sejam reflectidas no corrente exercício de 2011:

- Aquando da conversão dos escudos para euros, em 2002, um lapso de transcrição (no número de casas decimais) levou ao registo de um terreno, cujo custo ascendeu a € 7 202 641,63, por



€ 720 264 163, situação que originou uma sobrevalorização, pela diferença, do imobilizado e do fundo patrimonial.

- Aquando da conversão dos escudos em euros, em 2002, um lapso de transcrição (no número de casas decimais) levou ao registo de um imóvel, cujo custo ascendeu a € 205 738,26, por € 205 738 026. Tendo regularizado o erro na contabilidade (SCA) ainda em 2003, tal regularização não foi ainda efectuada na aplicação de gestão do património (SIC), situação que originou, desde então, o registo de amortizações em excesso que ascendem a € 28 288 978,63. Desta forma o imobilizado e o fundo patrimonial estão subvalorizados em € 28 288 978,63.

11. O registo da venda em 2010 de um imobilizado (terreno) numa base de caixa, originou que não tivessem sido reconhecidos naquele exercício proveitos com a operação de € 1 150 000, dos quais foram reconhecidos no semestre € 575 000, encontrando-se ainda por reconhecer proveitos de € 575 000 respeitantes à última prestação.

12. Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pela Câmara Municipal de Cascais, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação dos mesmos, foi ajustada a Provisão para outros riscos e encargos para € 5 033 000, sendo que os impactos patrimoniais só serão conhecidos aquando da conclusão dos respectivos processos.

13. Parte das Empresas Municipais apresentam resultados transitados e/ou do período negativos, respectivamente cerca de € 2 400 000 e de € 300 000, havendo ainda que considerar, no que se refere à Empresa de Turismo do Estoril, EM, SA e conforme relatado na respectiva certificação legal das contas que os capitais próprios deveriam ser ajustados negativamente em cerca de € 500 000.

Dado o critério valorimétrico utilizado no registo daquelas participadas nas contas individuais ser o do custo, as mesmas não reflectem aqueles impactos, situação que em sede de consolidação é incorporada nas demonstrações financeiras.

Salienta-se que, nos termos do artigo 31.º da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro, o Município de Cascais deliberou por reunião executiva de 9 de Maio de 2010, cobrir o resultado de exploração negativo de 2010 das participadas, cerca de € 476 000.

14. Estão em curso inspecções tributárias a Empresas Municipais, em sede de IVA, cujas interpretações jurídico-fiscais, face ao actual entendimento da Administração Fiscal, poderão vir a originar contingências para aquelas Empresas e/ou para o Município, sendo incerta, caso se verifiquem, a sua quantificação.

15. Não foram especializados (reconhecidos) no semestre custos com fornecimentos e serviços adquiridos a terceiros de cerca de € 2 800 000 (TRATOLIXO € 1 300 000; EDP € 630 000; ESUC



€ 510 000; EMAC € 360 000). Por outro lado, não foram especializados (diferidos) os proveitos com rendas cobradas à ADC, respeitantes ao segundo semestre, de € 960 000.

16. Não se conhecem os impactos futuros derivados do Protocolo para a *Requalificação e Dinamização do Modo Ferroviário Linha de Cascais - Troço Carcavelos/Estoril*, celebrado entre o Município de Cascais e a Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE, relativamente ao qual já foram reclamados cerca de € 1 500 000 pela REFER.

OUTROS COMENTÁRIOS DE AUDITORIA E CONTROLO INTERNO

17. As imobilizações em curso têm vindo a aumentar, sem que estejam a ser salvaguardados procedimentos tempestivos de inventariação e registo dos novos investimentos, atrasando a respectiva identificação, transferência para o imobilizado corpóreo e correspondente reconhecimento das depreciações.

18. O Município de Cascais detém diversos investimentos e participações em sociedades e entidades cuja integração no perímetro de consolidação (não obrigatória) e ou valorimetria deverá ser reapreciada.

19. No sentido de melhorar os procedimentos de especialização, que temos recomendado no passado, o Município ajustou os seus procedimentos contabilísticos, passando a reconhecer ao nível do balanço não só as responsabilidades por fornecimentos já efectuados, mas ainda responsabilidades futuras já assumidas e/ou protocoladas com terceiros, que ascendem a cerca de € 13 000 000 em 30 de Junho de 2011.

Como estas responsabilidades futuras, ainda que relevadas na contabilidade orçamental, não carecem de relevação na contabilidade patrimonial enquanto os correspondentes fornecimentos não forem efectuados (ainda não são passivos), este procedimento originou uma antecipação no reconhecimento de passivos que sobrevalorizou em igual montante o activo (custos diferidos), em € 13 000 000.

Os impactos que estes critérios utilizados têm ao nível da análise das variáveis económico-financeiras sugerem que aquela forma de reconhecimento de responsabilidades, pro-memória (activo/passivo), ao nível das contas patrimoniais, deva ser revisto por forma a que só as responsabilidades por fornecimentos já efectuados sejam relevadas no passivo.

20. A regularização de um processo judicial originou o reconhecimento de custos financeiros (nos resultados correntes) com juros de cerca de € 2 100 000, os quais, deverão ser reclassificados para

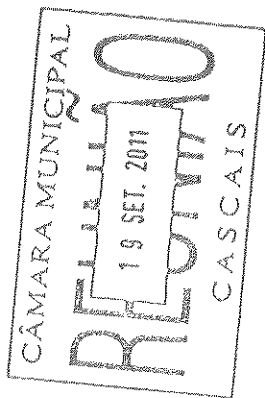


os resultados extraordinários, tal como foram reconhecidos/classificados os ganhos que, por outro lado, foram gerados pelo encerramento do processo.

Demonstração da Receita a 30 de Junho de 2011

Receita	Orçamento		Receita cobrada		Execução	Estrutura da receita			Estrutura receita Municipios Portuguesas
	30jun11	30jun10	30jun11	30jun10		30jun11	30jun09	31dez09	
Impostos e taxas	103 025 764	96 753 433	50 166 218	47 873 886	49%	59%	60%	61%	31%
Rendimentos de propriedade	1 138 744	2 705 084	533 373	470 122	47%	1%	1%	2%	3%
Transferências correntes do Estado	27 020 651	26 152 271	12 849 918	13 450 060	48%	15%	17%	17%	27%
Vendas de bens e serviços	8 552 250	8 511 968	5 138 396	5 478 383	60%	6%	7%	5%	9%
Outras receitas correntes	311 500	325 175	155 401	180 740	50%	0%	0%	0%	1%
Total das receitas correntes	140 048 909	134 447 931	68 843 306	67 453 191	49%	81%	85%	86%	71%
Vendas de bens investimento	27 670 194	38 884 753	751 161	156 665	3%	1%	0%	0%	1%
Transferências de capital do Estado	4 456 367	15 555 784	1 848 720	5 032 109	41%	2%	6%	5%	15%
Activos financeiros	644 270	219 730	-	-	0%	0%	0%	0%	0%
Passivos financeiros	23 654 041	21 769 881	12 625 301	5 960 270	53%	15%	7%	7%	12%
Outras receitas de capital	2 299 371	1 545 080	536 984	1 175 385	23%	1%	1%	1%	0%
Reposições não abatidas aos pagamentos	10	10	-	15 990	-	0%	0%	0%	0%
Total das receitas de capital	58 724 253	77 975 238	15 762 166	12 340 419	27%	19%	15%	14%	29%
Total das receitas	198 773 162	212 423 169	84 605 472	79 793 610	43%	100%	100%	100%	100%
Saldo de Gerência anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	198 773 162	212 423 169	84 605 472	79 793 610	43%	-	-	-	-

(*) Daqui em diante, Anuário Financeiro dos Municipios Portugueses 2009



Demonstração da Despesa a 30 de Junho de 2011

Despesa	Orçamento		Compromisso		Orçamento		Compromisso		Despesa paga				Estrutura da despesa		Estrutura despesa Autóclios Portuguesas
	30Jun11	30Jun10	30Jun11	30Jun10	30Jun11	30Jun10	30Jun11	30Jun10	30Jun11	30Jun10	30Jun11	30Jun10	30Jun11		
Despesas com pessoal	35 676 633	16 499 758	36 069 376	17 280 641	16 420 609	17 048 858	46%	47%	17%	18%	29%				
Aquisição de bens e serviços	60 354 212	36 537 605	65 685 435	52 171 603	28 737 682	31 146 681	48%	47%	30%	32%	22%				
Juros e outros encargos	2 382 542	379 935	1 738 027	1 087 741	379 834	216 485	16%	12%	0%	0%	2%				
Transferências correntes	25 430 112	17 875 837	27 097 827	21 672 758	12 814 786	18 657 095	50%	69%	13%	19%	6%				
Subsídios	778 118	476 001	456 070	455 921	35 431	355 921	5%	78%	0%	0%	2%				
Outras despesas correntes	3 142 861	2 257 920	1 492 402	565 029	2 246 792	184 417	71%	12%	2%	0%	2%				
Total de despesas correntes	127 764 478	74 027 056	132 539 137	93 233 693	60 635 134	67 609 457	82%	51%	62%	70%	62%				
Aquisição de bens de capital	44 707 508	13 592 415	56 071 694	31 234 360	11 947 306	16 265 322	27%	29%	12%	17%	25%				
Transferências de capital	12 392 035	9 712 093	15 969 421	12 034 571	4 892 821	10 080 247	39%	63%	5%	10%	5%				
Activos financeiros	20	1 237 212	200 000	200 000	-	200 000	0%	100%	0%	0%	1%				
Passivos financeiros	12 670 000	1 134 217	7 252 000	4 331 700	1 237 212	3 033 108	10%	42%	1%	3%	6%				
Outras despesas de capital	1 248 247	390 916	390 916	11 511	1 134 057	7 708	91%	2%	1%	0%	1%				
Total de despesas de capital	71 017 810	25 675 937	79 884 032	47 812 142	19 211 396	29 586 385	75%	37%	20%	30%	38%				
Total de despesas	198 782 288	99 702 993	212 423 169	141 045 835	79 846 530	97 195 842	80%	46%	100%	100%	100%				



Indicadores orçamentais a 30 de Junho de 2011

Rácios e indicadores orçamentais a 30 de Junho de 2011

Indicadores orçamentais	Câmara Municipal de Cascais			Municípios Portugueses (*)
	30jun11	30jun10	30jun09	
Receita total/Despesa total	106%	82%	97%	104%
Receitas próprias/Receita total (Independência financeira)	83%	77%	85%	35%
Receitas correntes executadas/Receitas correntes orçamentadas	49%	50%	42%	74%
Impostos e taxas/Receitas correntes	73%	71%	72%	44%
Transferências correntes/Receitas correntes	19%	20%	20%	39%

Da análise efectuada à execução orçamental referente a 30 de Junho de 2011, consideramos relevante salientar os seguintes aspectos, alguns deles comparando-os com a média dos Municípios Portugueses, comparações que tiveram por fonte o *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2009*:

21. Aproximadamente 81% (2010: 85%) da receita é corrente, situação reveladora de uma dependência das transferências de capital do Estado relativamente menor que nos restantes Municípios (74%), por via de uma elevada capacidade de angariação de receita (impostos e taxas).
22. Cerca de 83% das receitas são próprias (a média dos Municípios é de 35%);
23. As transferências correntes e de capital (transferências para as Juntas de Freguesia, instituições sem fins lucrativos, etc.) reduziram, respectivamente, 28% e 62% face ao período homólogo de 2010 (em que as mesmas haviam aumentado 13% e 78% respectivamente), resultado de uma maior contenção.
24. De salientar que as transferências correntes, para as Juntas de Freguesia, instituições sem fins lucrativos, etc., representaram cerca de 13% (2010: 19%) no total da despesa, quando a média das Autarquias aponta para valores na casa dos 7%, situação potencialmente reveladora de uma elevada descentralização da acção Municipal, pese embora a redução verificada nos dois últimos anos.
25. A execução da receita corrente a meio do exercício aproximou-se dos 50%.
26. As receitas de capital previstas, essencialmente com vendas de bens de investimento, apresentam uma reduzida execução (3%), tendo sido cobrados € 750 000 dos € 27 000 000 inscritos no orçamento, o que poderá determinar um ajustamento/redução na despesa.
27. No que respeita à despesa com aquisição de bens e serviços, decresceu 8% face a igual período do exercício anterior (em que havia crescido 22%), cerca de € 2 400 000 em valor.



28. As despesa de investimento do período desceram cerca 27% (em 2010 haviam subido 16%) face a igual período do exercício anterior, cerca de € 4 300 000, apresentando, no entanto, um peso relativo mais reduzido na despesa (12%) que a média nacional (25%), situação que admitimos seja indiciadora de um Município relativamente infra-estruturado.

29. Ainda no que respeita à despesa é de salientar que, no final do primeiro semestre, a despesa comprometida, sem dívida, ascende a cerca € 99 000 000 (2010: € 137 000 000), correspondentes a 53% da despesa orçamentada (2010: 67%). Por outro lado, a despesa paga, sem dívida, de cerca de € 79 000 000 (a despesa comprometida ascende a € 99 000 000) foi financiada pela receita cobrada em cerca de 91% (€ 72 000 000).

COMENTÁRIOS À SITUAÇÃO ECONÓMICO E FINANCEIRA

Dada a materialidade das situações referidas no ponto 10 do presente documento, os ajustamentos aí previstos foram incorporados na análise.

Balço em 30 de Junho de 2011

	30-Jun-11	31-Dec-10	30-Jun-10	31-Dec-09	Variacão 31/Dec/10/ 30/Jun-11	Variacão 30/Jun/10/ 31/Dec-09	Variacão 31/Dec/09/ 30/Jun-10	Execução Câmara Municipal de Cascais 30/Jun-11	Execução Câmara Municipal de Cascais 30/Jun-10	Execução Municípios portugueses (*)
ACTIVO										
Bens de domínio público	83.756.336	78.275.602	71.216.252	66.493.942	7%	10%	7%	21%	20%	33%
Imobilizado incorpóreo	1.947.520	1.792.214	1.775.028	2.121.416	9%	1%	-16%	0%	0%	0%
Imobilizado corpóreo	225.575.452	219.619.375	193.210.908	188.592.713	3%	14%	2%	55%	54%	41%
Imobilizado em curso	51.075.823	54.374.404	50.728.599	46.405.883	-6%	7%	9%	13%	14%	16%
Total do imobilizado	362.355.131	354.061.595	316.930.787	303.613.954	2%	12%	4%	89%	89%	90%
Investimentos financeiros	17.400.347	17.404.736	9.940.082	9.710.697	0%	75%	2%	4%	3%	4%
Existências	65.190	75.004	86.676	115.200	-13%	-13%	-25%	0%	0%	0%
Dvidas a receber	1.131.524	1.252.646	1.364.648	1.674.153	-10%	-8%	0%	0%	0%	3%
Dpsitos e caixa	8.117.069	1.775.435	4.951.910	2.430.751	357%	-64%	104%	2%	1%	2%
Acrescimos de provatos	5.261.795	7.613.499	6.017.688	107.860	-31%	27%	1%	2%	2%	1%
Custos diferidos	13.236.371	14.064.904	18.715.368	166.040	-6%	-25%	11172%	3%	5%	1%
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do activo	402.567.427	396.247.819	358.007.159	317.818.853	5%	11%	13%	100%	100%	100%
FUNDO PATRIMONIAL										
Fundo patrimonial	161.639.905	160.697.915	138.513.708	138.141.311	1%	16%	0%	40%	39%	54%
Reservas - subsídios - doaces	38.592.832	36.518.658	25.254.947	24.270.310	6%	45%	4%	9%	7%	6%
Resultados transferidos	75.078.568	62.865.479	62.865.479	80.949.714	19%	0%	-22%	18%	18%	4%
Resultados do exercício	10.894.655	12.855.883	16.994.552	(18.084.234)	-15%	-24%	-194%	3%	5%	-1%
Total dos fundos próprios	286.205.960	272.937.935	243.628.686	225.277.101	5%	12%	8%	70%	68%	63%
Interesses Minoritarios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO										
Dvidas a médio e longo prazo	31.111.637	29.723.548	26.801.038	25.983.876	5%	11%	3%	8%	7%	13%
Dvidas a curto prazo	59.964.197	63.076.217	55.719.233	37.742.080	-5%	13%	48%	15%	16%	7%
Provisões para riscos e encargos	5.094.079	4.555.188	4.555.188	4.555.188	12%	0%	0%	1%	1%	2%
Acrescimo de custos	3.977.660	4.711.449	6.036.957	4.867.615	-16%	-22%	24%	1%	2%	1%
Provetos diferidos	21.213.874	21.243.482	21.266.057	19.392.795	0%	0%	10%	5%	6%	13%
Total do passivo	121.361.467	123.309.884	114.378.473	92.541.554	-2%	8%	24%	30%	32%	37%
Total dos fundos próprios e passivo	407.567.427	396.247.819	358.007.159	317.818.853	3%	11%	13%	100%	100%	100%

Demonstração dos resultados em 30 de Junho de 2011

	30-Jun-11	30-Jun-10	Variação homóloga 30Jun10/ 30Jun11	Variação homóloga 30Jun09/ 30Jun10	31-dez-10	31-dez-09	Estrutura Câmara Municipal de Cascais 30Jun11	Estrutura Câmara Municipal de Cascais 30Jun10	Estrutura Municípios Portugueses (*)
CUSTOS E PERDAS									
Custo das merc. vendidas, matérias consumidas	15.103	32.204	-53%	6.888	43.976	114.670	0%	0%	3%
Fornecimentos e serviços externos	23.419.654	25.164.835	-7%	26.264.300	50.952.678	55.651.623	28%	30%	27%
Custos com o pessoal	15.031.606	15.992.056	-4%	15.949.655	34.129.374	34.132.479	18%	19%	34%
Amortizações e ajustamentos do exercício	3.327.958	3.576.120	-7%	3.721.050	8.029.932	8.521.365	4%	4%	15%
Provisões	691.294	2.981	23090%	57.068	58.174	109.844	1%	0%	2%
Transferências subsídios correntes concedidos	9.871.853	15.450.977	-36%	18.261.175	29.262.301	28.466.320	12%	18%	10%
Outros custos e perdas operacionais	32.100	21.156	52%	232.909	51.770	269.477	0%	0%	0%
(A)	52.389.568	59.840.423	-12%	64.493.045	122.528.205	127.265.778	62%	71%	92%
Custos e perdas financeiros	2.824.377	464.898	508%	882.142	760.066	1.318.634	3%	1%	3%
(C)	55.213.945	60.305.321	-8%	65.375.187	123.288.271	128.584.412	66%	72%	95%
Custos e perdas extraordinários	9.278.175	6.696.655	39%	12.447.470	32.617.067	19.196.367	11%	8%	9%
(E)	64.492.120	67.001.976	-4%	77.822.657	155.905.338	147.780.779	77%	80%	103%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	0%	0%	0%
(G)	64.492.120	67.001.976	-6%	77.822.657	155.905.338	147.780.779	77%	80%	103%
Resultado líquido do exercício	10.894.655	16.994.552	-36%	(4.919.761)	(12.955.883)	(18.084.234)	13%	20%	-3%
Interesses Minoritários	-	-	-	-	-	-	0%	0%	-
	75.386.775	83.996.528	-10%	72.902.896	168.761.221	129.696.545	90%	100%	100%
PROVEITOS E GANHOS									
Vendas e prestações de serviços	444.213	463.002	-4%	302.787	1.291.463	651.957	1%	1%	10%
Impostos e taxas	48.051.997	52.398.083	-8%	48.624.146	103.038.849	86.530.056	57%	62%	36%
Transferências e subsídios obtidos	14.070.187	15.233.077	-8%	13.637.008	31.602.143	27.866.287	17%	18%	43%
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-	0%	0%	-
Outros proveitos e ganhos operacionais	158.012	158.797	0%	71.710	1.011.492	204.468	0%	0%	1%
(B)	62.724.403	68.252.959	-8%	62.635.651	136.943.947	115.252.768	75%	81%	91%
Proveitos e ganhos financeiros	4.651.238	4.745.787	-2%	5.304.134	7.606.224	7.015.554	6%	6%	3%
(D)	67.385.641	72.998.746	-8%	67.939.785	144.550.171	122.268.322	80%	87%	93%
Proveitos e ganhos extraordinários	8.001.134	10.997.782	-27%	4.963.111	24.211.050	7.428.223	10%	13%	7%
(F)	75.386.775	83.996.528	-10%	72.902.896	168.761.221	129.696.545	90%	100%	100%
Resultados operacionais: (B) - (A)	10.344.833	8.412.536	23%	(8.957.394)	(6.415.762)	(12.078.010)	-	-	-
Resultados financeiros: (D)-(B) - (C)-(A)	1.326.861	4.280.889	-72%	4.427.992	6.346.159	5.696.270	-	-	-
Resultados correntes: (D) - (C)	12.171.696	12.693.425	-4%	2.664.698	21.261.200	(6.316.090)	-	-	-
Resultados antes de impostos: (F) - (E)	10.894.655	16.994.552	-36%	(4.919.761)	(12.955.883)	(18.084.234)	-	-	-
Resultado líquido de exercício: (F) - (G)	10.894.655	16.994.552	-36%	(4.919.761)	(12.955.883)	(18.084.234)	-	-	-



Rácios e indicadores patrimoniais, financeiros e económico-financeiros a 30 de Junho de 2011

Indicadores patrimoniais	Câmara Municipal de Cascais		Municípios Portugueses (*)
	30jun11	30jun10	
Amortizações acumuladas/Activo bruto	7%	7%	-
Dívidas a pagar/Activo líquido	22%	23%	21%
Proveitos totais/Custos totais	117%	125%	97%
Custos com pessoal/Custos totais	20%	19%	33%

Indicadores financeiros e económico-financeiros	Câmara Municipal de Cascais		Municípios Portugueses (*)
	30jun11	30jun10	
Liquidez geral ((Disponibilidades+créditos CP+Existências)/Débitos curto prazo)	32%	38%	69%
Cobertura Imobilizado (Capitais permanentes/Imobilizado líquido)	85%	85%	85%
Solvabilidade (Fundos próprios/Passivo)	221%	213%	173%
Autonomia financeira (Fundos próprios/Activo líquido)	69%	68%	63%
Endividamento líquido (Dívida líquida/Receitas próprias)	49%	42%	96%
Rendibilidade líquida (Resultado líquido/Vendas+Prest.Serv+Impostos e taxas)	22%	32%	-7%
Rendibilidade dos fundos próprios (Resultado líquido/Fundos próprios)	4%	7%	-1%

Da análise efectuada à situação económica e financeira com referência a 30 de Junho de 2011 importará salientar:

30. O Município apresenta uma elevada solvabilidade no entanto apresenta uma liquidez geral próximo de 32%, o que é inferior à média dos Municípios Portugueses. Esta situação deriva essencialmente do critério de registo antecipado de passivos, referido no ponto 19 anterior.

31. Conforme previsto no artigo 37º da Lei da Finanças Locais (Lei 2/2007), no final do exercício, o endividamento líquido não poderá exceder 125% das receitas (ajustadas) relativas ao exercício anterior. Com a entrada em vigor da Lei 55-A/2010, o endividamento em 2011 não poderá ser superior ao apresentado em 30 de Setembro de 2010, de acordo com o cálculo do Município € 49 000 000.

Ainda de acordo com o Município cifrando-se o endividamento, em 30 de Junho de 2011, em cerca de € 53 000 000, o mesmo terá ultrapassado os limites legais em cerca de € 4 000 000

A serem ajustados os critérios de cálculo da contribuição do endividamento das Empresas Municipais para o endividamento do Município, pode ser estimado que o endividamento ascenda em 30 de Junho a cerca de € 71 000 000, admitindo, por outro lado, que tal acréscimo também ocorra no endividamento de 30 de Setembro de 2010, não afectando substancialmente a diferença atrás referida do endividamento para o limite de endividamento. Estes valores deverão reduzir no final do exercício por via da liquidez gerada pelo recebimento dos impostos.



COMENTÁRIOS FINAIS

32. Com base no trabalho intercalar por nós desenvolvido com o âmbito descrito no ponto 4 anterior e tendo em atenção a informação contida no presente relatório, não temos conhecimento de quaisquer situações que afectem de forma significativa a conformidade da informação económica e financeira produzida pelo Município de Cascais, relativa ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Autarquias Locais.

33. Devemos advertir para que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que as conclusões da presente informação não constituem uma previsão da situação económica e financeira futura da Município.

34. Ao finalizar este nosso trabalho intercalar agradecemos a colaboração prestada pelos diversos responsáveis e serviços do Município de Cascais, na prestação de informações e esclarecimentos por nós solicitados. Estamos ao inteiro dispor de V. Exas. para discutir qualquer dos assuntos mencionados neste nosso relatório e prestar a assistência que possa ser considerada necessária.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos e somos,

De V. Exa.,
Atentamente

Pedro Aleixo Dias
Sócio/ROC

João Melo de Oliveira
ROC